



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

### Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

#### Unidade curricular

Direitos Fundamentais na Jurisdição Civil, Laboral e Penal

#### Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Vitalino Canas

#### Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

#### Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Começa-se por fomentar o conhecimento e domínio dos instrumentos teóricos, conceptuais e dogmáticos imprescindíveis para entender a problemática da aplicação dos direitos fundamentais nas relações jurídicas entre particulares.

Dai passa-se à identificação dos agentes processuais relevantes (partes, quando aplicável) nas jurisdições civil, laboral e penal e das pretensões relacionadas com direitos fundamentais que podem ser por eles carreados para esses ambientes processuais.

Passa-se depois a analisar a posição do juiz perante colisões de posições jurídicas subjetivas em que pelo menos uma decorra de um direito fundamental e a estudar os vários instrumentos de que pode lançar mão para dirimir tais colisões.

Em última análise, pretende-se que os discentes fiquem preparados para interiorizar e incorporar a prática dos direitos fundamentais nas relações entre particulares quando objeto de litigação.

#### Conteúdos programáticos

1. O pano de fundo: a direta aplicabilidade dos direitos fundamentais nas relações entre particulares e vinculação destes aos direitos fundamentais.
2. As teorias sobre a aplicação dos direitos fundamentais nas relações entre particulares.
3. A orientação constitucionalmente adequada sobre a aplicação dos direitos fundamentais nas relações entre particulares
4. A aplicação dos direitos fundamentais nas relações entre particulares como questão de colisão intersubjetiva de direitos e deveres.
  - a. Estudo de algumas das colisões típicas de posições jurídicas ativas e passivas:
    - i. Direito à ação decorrente de um direito, liberdade e garantia vs. direito à abstenção de perturbação de um direito, liberdade e garantia;
    - ii. Direito à ação decorrente de um direito geral de liberdade, vs. direito à abstenção de perturbação de direito, liberdade e garantia;
    - iii. Direito à ação do Estado de proteção contra perturbações de direitos, liberdades e garantias vs. direito à abstenção de perturbação de um direito, liberdade e garantia ou



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

de um direito geral de liberdade;

- iv. Direito à ação do Estado de materialização de direitos sociais, com interferência em direitos, liberdades e garantias vs. direito à abstenção do Estado de interferência em direitos, liberdades e garantias;
- v. Direito à ação do Estado de materialização de direitos sociais, com sacrifício de outros direitos sociais de outros particulares vs direito à abstenção do Estado de interferência na vertente negativa de direitos sociais de outros particulares;
- vi. Direitos de ação ou de abstenção decorrentes de direitos fundamenais e direitos de ação ou de abstenção decorrentes de diretos não fundamentais.

5. As colisões típicas julgadas:

- a. Pela jurisdição cível;
- b. Pela jurisdição laboral;
- c. Pela jurisdição penal.

6. Os instrumentos de decisão de colisões de posições jurídicas ativas e passivas, decorrendo uma ou várias de direitos fundamentais.

- a. Conceitos gerais
  - i. Ponderação
  - ii. Proibição do excesso
  - iii. Proibição do defeito
  - iv. Proporcionalidade equitativa
  - v. Concordância prática
- b. Os instrumentos disponíveis nas várias jurisdições:
  - i. Civil;
  - ii. Laboral;
  - iii. Penal.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos conciliam momentos teóricos e momentos dedicados à prática jurisdicional, o que permite que os alunos adquiram, simultaneamente, conhecimento teórico e domínio prático-concreto.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O docente expõe as linhas essenciais da matéria, exemplificadas, quando possível, com jurisprudência relevante, sujeita a análise e discussão crítica com a participação dos mestrandos.

Na sequência da exposição e em momentos oportunos são organizados casos práticos que proporcionam aos discentes a possibilidade de aplicação e discussão das matérias leccionadas.

A avaliação baseia-se na participação nas aulas (25%), na elaboração de um relatório sobre um tema selecionado



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

(25%) e num teste escrito (50%).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Concilia-se a abordagem teórico-prática das matérias com a preparação para as práticas forenses e judiciais em que possam estar em causa direitos fundamentais.

#### Bibliografia principal

Aleinikoff, Alexander T. - «Constitutional Law in the Age of balancing», in *Yale Law Journal*, vol. 96 (abril, 1987), pp. 943-1005.

Alexy, Robert

- *A Theory of Constitutional Rights*, trad. Julian Rivers, Oxford University Press, Oxford, 2002.

- *Teoria de los derechos fundamentales*, 2.<sup>a</sup> ed, tradução e estudo introdutório de Carlos Bernal Pulido, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 2007.

Borowski, Martin - *Grundrechte als Prinzipien*, 2.<sup>a</sup> ed., Nomos, Baden-Baden, 2007.

Canaris, Claus-Wilhelm - *Direitos fundamentais e direito privado*, Almedina, Coimbra, 2012.

Canas, Vitalino - *O Princípio da Proibição do Excesso na Conformação e no Controlo dos Atos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2017.

Klatt, Matthias / Meister, Moritz - *The Constitutional Structure of Proportionality*, Oxford University Press, Oxford, 2012.

Miranda, Jorge - *Direitos Fundamentais*, Almedina, Coimbra, 2017.

Sarlet, Ingo Wolfgang - «Direitos fundamentais e direito privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais», in *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*, vol. 16 (jul./set. 2005), pp. 193-259.

Silva, Jorge Pereira da - *Deveres do Estado de Protecção de Direitos Fundamentais*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015.

Silva, Vasco Pereira da - «“Todos diferentes, todos iguais” breves considerações acerca da natureza jurídica dos direitos fundamentais», in *Direitos Fundamentais & Justiça*, vol 5, nº 16 (2011), pp. 23-51.

## Curricular unit sheet

Curricular unit

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Learning outcomes of the curricular unit

perspective. The key objective of the course is to promote research into the legal aspects of the chief FinTech matters.

Syllabus

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

Teaching methodologies (including evaluation)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Main Bibliography